

ACERCA DA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: o kit didático “Viagem ao Engenho de Santana” em revista (LAHIGE, 1998-2018)

Recebido: 08/02/2020

Aceito: 08/02/2020

Anna Lúcia Côgo¹

RESUMO

Criado em 1997, o núcleo LAHIGE (Laboratório do Ensino de História e Geografia) foi concebido como projeto conectado à política de extensão universitária da UESC, e dentre suas linhas de atuação manteve a proposta da produção de materiais didáticos, em cujas etapas da construção das bases para atuar nesta área foram realizados contatos/sondagens com docentes do Ensino Fundamental na região, visando elencar demandas existentes no ensino de história e geografia, ocasião em que se constatou a existência de lacunas no ensino da história regional nas escolas públicas devido à falta de materiais didáticos sobre tais conteúdos, fato que serviu de base para que o núcleo LAHIGE abraçasse a ideia de produzir o kit didático *Viagem ao Engenho de Santana* (livro + documentário de 20') em fins da década de 1990, sendo esse material difundido/distribuído em escolas públicas próximas à UESC no limiar da década de 2000, motivando a realização, neste artigo, de um balanço da produção e publicação deste kit, realçando nuances de seu lançamento à época e levantando questões sobre as formas de sua utilização em anos subsequentes àquela sua 1ª edição.

Palavras-chave: Escolaridade Básica. Ensino de História Local. Capitania de Ilhéus.

About the production of didactic materials of History: the didactic kit "Journey to Engenho de Santana" in magazine (LAHIGE, 1998-2018)

ABSTRACT

Created in 1997, the LAHIGE (Laboratory of History and Geography Teaching) nucleus was conceived as a project connected to UESC's university extension policy, and among its lines of action it maintained the proposal of the production of didactic materials, in whose stages of construction of the bases in this area, contacts were made with primary school teachers in the region, aiming at eliciting existing demands in the teaching of history and geography, at which time the existence of gaps in the teaching of regional history in public schools was verified due to the lack of didactic material on such contents, a fact that served as a basis

¹ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: annacogo@bol.com.br.

for the LAHIGE nucleus to embrace the idea of producing the didactic kit Journey to Engenho de Santana (book + documentary of 20 ') in the late 1990s, distributed in public schools near the UESC on the threshold of the 2000s, motivating the realization in this a review of the production and publication of this kit, highlighting nuances of its launching at the time and raising questions about the ways in which it will be used in the years following its first edition.

Keywords: Basic Education. Teaching Local History. Captainship of Ilheus.

INTRODUÇÃO

O foco do presente artigo é centrado na abordagem de questões relativas à produção de materiais didáticos “alternativos” para o ensino da história regional na Educação Básica, e tem como referência de análise as etapas e situações que envolveram a experiência do projeto de concepção, edição e publicação de um kit didático sobre temas da História de Ilhéus-BA, desenvolvido pelo Núcleo LAHIGE e inserido na política de extensão universitária da UESC.

Com a criação do Laboratório do Ensino de História e Geografia - LAHIGE na Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, nos idos de 1997, esse núcleo extensionista começou a promover ações visando a suprir certas demandas oriundas de escolas públicas do eixo Ilhéus-Itabuna-BA, e dentre as propostas aventadas naquela conjuntura, sua equipe priorizou a produção de materiais didáticos para auxiliar/subsidiar o trabalho de docentes no ensino de história e de geografia no âmbito da Educação Básica.

A condução desta proposta teve o intuito de contribuir para dirimir dificuldades que vieram à tona em sondagens informais realizadas pela equipe do LAHIGE com um grupo de docentes das escolas públicas nos entornos da UESC. Considerando o leque de demandas postas na ocasião, procedeu-se à um levantamento de campo mais apurado, através da aplicação de uma enquete abarcando vários itens e maior amostragem de docentes atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em distintas escolas e cidades da região sul baiana.

Ao envolver um grupo representativo de docentes, a pesquisa realizada, e as questões propostas na mesma, teve em mira traçar um perfil da atuação desses profissionais em sala de aula, e com foco privilegiado nos processos de ensino-aprendizagem de temas trabalhados nas disciplinas de história e

geografia. Para tanto, foram aplicados 56 questionários em 56 escolas, cuja tarefa contou com a colaboração de estudantes de História e Geografia, sendo parte dos resultados desta empreitada, sobretudo no que se refere à área de história, reunida em forma de um artigo que foi apresentado e publicado nos Anais de um importante evento nacional no campo do Ensino de História, realizado em 1988, em Curitiba/PA. (CÔGO, 1988)

Dentre os dados obtidos nesta primeira enquete, foram constatadas lacunas no ensino da História Regional nas séries iniciais da Educação Básica e, conforme citado pelos docentes nas entrevistas, esta situação se devia à falta de materiais didáticos para se trabalhar tais conteúdos em sala de aula. Portanto, foi com base nesse levantamento inicial que o LAHIGE se lançou na proposta de produzir seu primeiro kit didático - Viagem ao Engenho de Santana -, cuja definição do tema, à época, se ancorou em certos parâmetros expostos na sequência desse texto.

ACERCA DA CONCEPÇÃO, EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO KIT DIDÁTICO

Muitos aspectos da trajetória histórica do Engenho de Santana, onde hoje é o Rio do Engenho (pequeno núcleo populacional rural de Ilhéus), tem grande relevância na ampliação de conhecimentos acerca de processos histórico-sociais regionais, e ganhou notoriedade no bojo da produção historiográfica sobre a instituição escravista no Brasil, devido aos episódios ocorridos naquele engenho de açúcar, o mais importante da Capitania de Ilhéus e que reunia um expressivo plantel de escravos, sobretudo em 1789, quando se registrou uma rebelião escrava com características bem peculiares no âmbito da colônia brasileira, já que os rebelados dominaram o engenho por dois anos para negociar melhorias em suas condições de vida e de trabalho, e cujas reivindicações foram vistas como inovadoras à época, o que lhes conferiu certo diferencial dentre as formas de resistência e de revoltas escravas ocorridas no Brasil colonial, conforme realçado com maestria em obra clássica da Historiografia. (SCHWARTZ, 1988)

Além de trazer à tona determinados fatos e processos históricos praticamente ignorados em narrativas da história regional, tendentes à maior valorização dos tempos áureos da cultura cacaueteira, a produção deste kit

didático, ao focar aspectos da história da Capitania de Ilhéus, procurou contemplar diretrizes dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCN, 1997), nas quais se recomenda práticas da educação patrimonial aliada ao estudo de conhecimentos da história local e regional, enquanto elementos essenciais aos processos de formação de identidades e cidadanias mais críticas, criativas e dispostas a promover ações coletivas voltadas a melhorias no bem estar social e coletivo de suas respectivas localidades/realidades.

A falta de conhecimentos acerca do tema tratado no kit no âmbito acadêmico da UESC, inclusive por parte do alunado de História e áreas afins, também reforçou o propósito de elaboração deste material didático sobre a história do Engenho de Santana, a ser disponibilizado para usos em disciplinas do Curso de História com conteúdos inerentes à História Regional e ao Brasil Colônia, bem como para disciplinas das humanidades com abordagens de assuntos relacionados à temática tratada no kit.

Não obstante, deve-se frisar que após o envio deste material didático à boa parcela das escolas públicas no eixo Ilhéus-Itabuna em princípios da década de 2000, não houve um acompanhamento sistemático da sua utilização nas escolas onde foi distribuído como ferramenta auxiliar ao ensino da história. Assim, ao ser indagada recentemente, via e-mail, acerca desta questão, a Prof.^a Teresinha Marcis, coordenadora do projeto deste kit, observou que:

O lançamento do kit foi em dezembro de 2000, e infelizmente meu contrato de professora substituta se encerrou na mesma data. Então não foi possível acompanhar a utilização do material. Na UESC sei que é utilizado para o trabalho sobre história colonial e regional. Eu sempre utilizo. Sei de escolas que utilizam o material (vídeo e livro), mas não há informação mais qualitativa. (MARCIS, 2019, n.p.).

Ou seja, não houve verificação de como os profissionais/docentes entenderam e se relacionaram com o kit, o que, por sua vez, possibilitaria compreender de forma mais específica, em que medida este material didático sobre temas da história local e regional contribuiu para os processos de ensino-aprendizagem do alunado nas escolas de Ensino Fundamental. Numa verificação desse tipo seria oportuno se apropriar de propostas teórico-metodológicas da Educação Histórica, posto que estas buscam analisar e

compreender as práticas em sala aula, a relação docente-discente, a construção do conhecimento histórico e suas distintas narrativas, e ainda, como os materiais didáticos se articulam aos processos de ensino-aprendizagem.

Para tanto, também poder-se-ia utilizar como instrumento de pesquisa um questionário, no qual fossem reunidas narrativas de docentes de história a respeito do kit, indagando-lhes acerca das vantagens e limitações de seus usos. Com base em tais procedimentos é que, de fato, se poderia empreender análises sobre os alcances dos usos do kit enquanto alternativa a um ensino de história significativo, preocupado com questões de alteridade, cidadania, identidade e com a formação do aluno-leitor.

Na ausência de informações concretas sobre tais questões, não se pode, por hora, aprofundar a discussão acerca do potencial do kit na ampliação de conhecimentos do público alvo para o qual foi direcionado, tanto no que se refere a História Regional, quanto aos elementos singulares e específicos que revestem a importante rebelião escrava ocorrida no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus no período colonial.

No que tange à relevância dos temas focados no kit, a forma sequencial adotada na exposição de conteúdos no livrinho paradidático “Viagem ao Engenho de Santana”, evidencia a estreita relação entre a História da Capitania de Ilhéus e a trajetória daquele engenho, bem como a sua importância nos quadros da economia regional à época.

Nesta perspectiva, e no evoluir do texto do livrinho, são destacadas várias temáticas importantes, como aspectos gerais da estruturação das Capitanias Hereditárias e a prática de doação de sesmarias pelos donatários, haja vista que a área do Engenho de Santana, próximo à Vila de Ilhéus, foi uma sesmaria doada pelo donatário a Mem de Sá para incentivar a produção do açúcar naquelas “terras do sem fim”.

É muito amplo o leque de possibilidades que se abre para usos deste kit em aulas de história e de outras disciplinas, sobretudo no desenvolvimento de projetos interdisciplinares com temáticas relacionadas a conteúdos da história colonial brasileira, tais como as relações étnico-raciais e formas de resistências de negros e indígenas à escravidão, ou ainda a aspectos da História Agrária e dos processos de formação da estrutura fundiária no Brasil colônia. O kit evidencia vários aspectos da geografia local, sobretudo no que tange ao sistema

hidrográfico regional, cujo destaque cabe à importância do Rio do Engenho no complexo de navegação fluvial e marítima de Ilhéus para escoamento do açúcar e de outros produtos cultivados na área.

O texto do livrinho traz ainda informações revelando outras peculiaridades do Engenho de Santana e dos seus ilustres proprietários no evoluir dos tempos, a exemplo de Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, dentre outras pessoas de grande renome à época. (Cf. Quadro 1).

Quadro 1 - Aspectos da trajetória histórica do Engenho de Santana/Ilhéus-BA

Período	Fatos, situações e ocorrências centrais	Observações
1557/1572	Período de 15 anos, quando Mem de Sá, até morrer, foi o proprietário (1º) do Engenho de Santana.	Em 1573, havia um plantel de 130 escravos no Engenho (Cf. inventário de Mem de Sá)
1572/1618	Período de 46 anos, quando o Engenho passou a pertencer, por herança, à Felipa de Sá, filha de Mem de Sá casada com Fernando de Noronha (o Conde de Linhares)	Felipa de Sá morreu em 1618 e o engenho foi doado aos Jesuítas...
1618/1759	Período de 141 anos em que o Engenho foi administrado pelos Jesuítas até a expulsão desses padres do Brasil por Pombal/1759	Conclusão da construção da Igreja de Santana em 1733 pelos jesuítas
1730	O engenho possuía em média 178 escravos	...
1760/1810	Período de 50 anos em que Manoel da Silva Ferreira foi o proprietário do Engenho.	Este proprietário arrematou o engenho em um leilão público
1789	Ano em que ocorre a Rebelião escrava no engenho	...
1810/1834	Período de 24 anos em que o proprietário do Engenho de Santa Anna foi o Marquês de Barbacena (*)	(*) Felisberto Caldeira Brant, que depois passa o engenho para Sá Bittencourt para quitar dívidas
1834/1896	Período de 52 anos em que o Engenho pertenceu a Sá Bittencourt e, após a morte deste, o engenho foi dividido entre herdeiros.	Brigadeiro (José de) Sá Bittencourt (e Câmara)

Fonte: Quadro montado pela autora com dados e informações extraídas do livrinho “Viagem ao Engenho de Santana” (MARCIS, 2000).

É oportuno mencionar que não houve reedição deste kit didático, mesmo com o registro de demandas do público interessado na aquisição do mesmo, sobretudo do livrinho paradidático, cuja primeira leva de sua publicação, no ano 2000, foi de apenas mil exemplares, e só recentemente é que seu texto foi disponibilizado pela EDITUS (Editora da UESC) no site da universidade. Tal situação se deveu a vários fatores, conforme relato destacado a seguir:

A EDITUS informou que havia muitos pedidos do livro para compra, porém houve uma época de mudança nos computadores e os originais ficaram perdidos. Eu solicitei que fosse disponibilizado online, pois estava iniciando a política e

técnica de disponibilizar as obras no site da UESC. Eles conseguiram recuperar o material em PDF e pediram autorização para publicar digitalizado, e claro que concordamos. Não sei sobre a possibilidade de verificação do quantitativo de visualização e download do livro, mas creio que a EDITUS tenha o registro desses dados. (MARCIS, 2019, n.p.).

Não obstante, o mesmo procedimento não se efetivou com o documentário de 20', cujo formato de produção à época, em *vídeo cassete*, dificultou sua reprodução em mídias atuais e adaptadas à novas tecnologias, bem como seu acesso virtual, conforme esclarecido no depoimento dado pela Prof.^a Teresinha Marcis:

Sobre a disponibilização no espaço virtual foram tentativas minhas, após ter conseguido converter o vídeo em NTC para DVD. O professor Arlen também conseguiu fazer isso. Então ficamos divulgando esse formato que era a tecnologia mais avançada no período... Depois da popularização do Google e YouTube tentei fazer a conversão do DVD para publicar neste último e ficou muito ruim. Eu pretendo retomar essa possibilidade esse semestre, mas não tenho muita esperança da viabilidade. Não conheço a parte técnica e teremos de buscar essas orientações no curso de comunicação. (MARCIS, 2019, n.p.)

Pode-se, entretanto, apontar resultados positivos, de outra monta e até inesperados, observados aleatoriamente na produção desse kit, dentre os quais se situa o alto nível de empenho e esforço que revestiu a dedicação da equipe envolvida na realização das etapas do projeto, cuja produção final pode até ser concebida como o alcance da tão almejada relação teoria-prática, já que o projeto adaptou conhecimentos oriundos de pesquisas acadêmicas e historiográficas para formato didático com linguagens acessíveis à uma melhor compreensão do seu público alvo no Ensino Básico.

Noutras palavras, a proposta do kit consistiu numa forma de transposição didática, concebida como um instrumento através do qual transforma-se o conhecimento científico em conhecimento escolar, ou seja, as transposições que o saber sofre quando migra do campo científico para o ambiente escolar. Chevallard conceitua “transposição didática” como o trabalho de fabricar um objeto de ensino, de fazer um objeto de saber produzido pelo “sábio” ser objeto do saber escolar, e cuja atitude, segundo Malan, “significa analisar, selecionar e

inter-relacionar o conhecimento científico, dando a ele uma relevância e um julgamento de valor, adequando-o às reais possibilidades cognitivas dos estudantes.” (Apud MENEZES & SANTOS, 2001).

Nuances positivas do lançamento do Kit foram notadas no âmbito institucional interno e também no ambiente externo da universidade, sobretudo no que tange à boa visibilidade da política extensionista, posto que iniciativas dessa natureza tem o efeito de reforçar laços da universidade com a sociedade regional onde está inserida, além de contribuir para legitimação do papel social de uma IES em sua área de abrangência por meio da difusão dos conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico. Nessa perspectiva, a Prof.^a Teresinha Marcis, enquanto coordenadora do Kit, afirmou que foi requisitada pela comunidade regional em várias situações:

Eu fui convidada para apresentar o trabalho, especialmente pela temática da resistência à escravidão no engenho, pelos movimento negro de Itabuna e Ilhéus. Também fui convidada para acompanhar uma equipe da TV Bahia que fez reportagem sobre o Rio de Engenho e focaram no material, e com minha sugestão foi organizada viagem com estudantes de Ilhéus ao local juntamente com a equipe da TV, mas, nunca recebi o vídeo. (MARCIS, 2019, n.p.)

Neste aspecto, deve-se atentar para a relevância dessa atividade extensionista no processo de reconhecimento do mérito das ações empreendidas pelo LAHIGE, cujo núcleo permanece ativo na extensão universitária/UESC e em seu raio de atuação ao longo das duas últimas décadas (1998-2018).

Um material didático, tal como o kit aqui analisado, ao ser produzido de forma alternativa, fora do circuito comercial e da concorrência entre grandes editoras de livros didáticos, pode ter o efeito de pulverizar o ensino tradicional em seu forte apego e dependência aos livros didáticos “oficiais” adotados nas escolas, sobretudo no âmbito da educação pública, posto que em colégios ou sistemas de ensino privados, em geral, estes dispõem de maior diversificação de materiais didáticos e metodologias de ensino, cuja viabilidade é proporcionada por seus laboratórios bem equipados, apostilas e coletâneas de textos para distintas disciplinas, vídeo-aulas e outras multimídias, em sua maioria produzidas por essas próprias instituições privadas.

No ambiente da escola pública o quadro docente deveria dispor de outros tipos de materiais além do livro didático oficialmente adotado e, dentre estes, se incluem os kits e livros paradidáticos, nos quais reside a possibilidade de certos temas relevantes a contextos histórico-regionais específicos serem melhor aprofundados/explorados, principalmente na lida com conteúdos onde o tema mais amplo se relacione a processos da história regional/local.

Sobre a importância do ensino da História Regional na Educação Básica, deve-se ponderar que, mesmo com todas as mudanças dos últimos anos, é neste campo mais restrito que as relações sociais aparecem com maior nitidez – e no qual podemos distinguir com mais clareza a construção das identidades sociais e dos sentimentos de pertencimento. Dito isso, é relevante frisar que, em vista da atual importância atribuída ao ensino da História Regional na Escolaridade Básica, a universidade deveria promover maiores incentivos à produção de materiais didáticos com foco em aspectos locais/regionais, sobretudo na UESC, pelo fato desta comportar e ofertar um número considerável de Cursos de Licenciatura.

No decurso de duas décadas, que é um período relativamente longo, o LAHIGE passou por significativas mudanças/adaptações em sua estrutura original, bem como nas formas/metodologias de realizar ações e eventos de extensão, sempre mesclando suas atividades com pesquisa e ensino. De certa forma, a produção do kit Viagem ao Engenho de Santana se enquadrou bem na proposta do LAHIGE, concebido e configurado como laboratório de ensino de caráter extensionista, posto que tal ação contribuiu para lhe dar maior visibilidade e reconhecimento no âmbito institucional, e o legitimou no seio da comunidade regional, sobretudo no universo das escolas públicas do eixo Ilhéus-Itabuna.

A viabilidade para a produção do kit didático se ancorou não somente em apoio logístico e recursos da extensão/UESC, mas, principalmente, no esforço empreendido pelo grupo que adotou a ideia e estruturou a empreitada, sendo sua coordenação bravamente assumida por uma docente recém ingressada na UESC à época, Teresinha Marcis, que se juntou à equipe do LAHIGE e angariou simpatia de um grupo de estudantes que se empenhou sobremaneira na realização das etapas do projeto.

Ao reunir as contribuições de diversos segmentos sociais/acadêmicos em sua concepção e produção, tais como docentes das escolas, pesquisadores e

estudantes/UESC, pessoas da comunidade do Rio do Engenho e simpatizantes, pode-se afirmar que a ação de extensão envolvendo a produção do kit obteve resultados satisfatórios e até superou as expectativas iniciais, demonstrando que quando se tem “vontade política” e determinação, a escassez de recursos não se constitui em obstáculo à realização de relevantes atividades extensionistas.

Por fim, um outro aspecto a ser mencionado diz respeito à precária situação em que vive atualmente a comunidade do Rio do Engenho, cuja projeção enquanto patrimônio histórico, natural, paisagístico e cultural não é devidamente considerada e explorada pelos poderes públicos, posto que não há registros de investimentos e/ou políticas públicas concretas naquela área, com vistas a promoção de melhorias em sua infraestrutura e que possibilitem maiores benefícios a seus moradores - conforme percepção recente de uma aluna do Curso de História que, após ter conhecimento dos conteúdos do Kit e participar de atividades de campo/laboratório de ensino de história com visitas de estudo àquela comunidade, registrou as seguintes impressões:

Apesar do passado imponente e de suas belezas naturais, a comunidade remanescente do Rio do Engenho reflete a imagem de um triste passado de escravidão e também de uma má administração e falta de valorização por parte da Prefeitura de Ilhéus. A estrada para chegar ao lugarejo não é asfaltada, o saneamento básico é precário, a comunidade possui apenas um posto de saúde e o comércio local é formado por poucos bares e restaurantes. Através do documentário didático produzido pelo LAHIGE – Laboratório de Ensino de História e Geografia, em parceria com estudantes do curso de história, hoje já egressos, é possível perceber que os moradores locais anseiam para que a prefeitura faça mais investimentos na região (...) O Rio do Engenho e sua comunidade merecem atenção. Com um investimento maior por parte da prefeitura, o Rio do Engenho poderia ter uma melhoria em sua estrutura física e assim reavivar ainda mais sua identidade histórica. (AGUIAR, 2018, n.p.)

É através da pesquisa histórica que podemos analisar as transformações sociais, políticas e culturais de determinado grupo ao longo do tempo, assim o patrimônio histórico se apresenta como uma fonte imprescindível para o trabalho do historiador e também como recurso didático na prática docente em História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio Cultural é uma fonte primária de conhecimento que por muitas vezes se passa por despercebida aos olhares desatentos. Seja o patrimônio um objeto, paisagem, área de proteção ambiental ou produções culturais, através dele podemos fazer releituras da sociedade estabelecendo relações entre passado e presente.

Ao olharmos para o nosso litoral sul baiano, percebemos que o distrito da cidade de Ilhéus, Rio do Engenho, outrora conhecido como Engenho de Santana, já foi um dos mais importantes produtores de cana de açúcar da região. Em 1537, através do sistema de capitanias hereditárias, o engenho de Santana foi fundado por Mem de Sá e hoje seus resquícios, incluindo a Igreja de N. Sra. de Santana, uma das capelas rurais mais antigas do país, encontram-se tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

As noções de memória e patrimônio devem ser trabalhadas na história como ferramenta didática para que o indivíduo desenvolva a consciência da realidade que o cerca e também sua identidade enquanto sujeito da história.

É necessário que cada vez mais os patrimônios culturais locais sejam abordados em discussões acadêmicas e também levados para a sala de aula pelos futuros professores-historiadores, com vistas a se evitar que a memória local sucumba ao esquecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.C.A.N. **Relatório de visita ao Rio do Engenho**, 2018. n.p.

CÔGO, A. L. O perfil do profissional que ensina história nas séries iniciais no eixo Ilhéus-Itabuna (1997-1998). In: Encontro Perspectivas do Ensino de História, 2., 1988, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR, 1988, n.p.

MARCIS, T. **Viagem ao Engenho de Santana**. Ilhéus: Editus, 2000. 86p.

MARCIS, T. **Depoimento dado via e-mail**. Entrevista concedida a Anna Lúcia Côgo. Ilhéus, n.p., 2019

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes transposição didática: dicionário interativo da educação brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix,

2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/transposicao-didatica/>.
Acesso em: 13 jan. 2019.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, n.p.